



Educação: Políticas, Estrutura e Organização 4

Gabriella Rossetti Ferreira
(Organizadora)

 **Atena**
Editora
Ano 2019

Gabriella Rossetti Ferreira

(Organizadora)

**Educação: Políticas, Estrutura e
Organização**
4

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E24 Educação [recurso eletrônico] : políticas, estrutura e organização 4 /
Organizadora Gabriella Rossetti Ferreira. – Ponta Grossa (PR):
Atena Editora, 2019. – (Educação: Políticas, Estrutura e
Organização; v. 4)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-305-7

DOI 10.22533/at.ed.057190304

1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Currículo
escolar – Brasil. 3. Educação – Pesquisa – Brasil. 4. Políticas
educacionais. I. Ferreira, Gabriella Rossetti. II. Série.

CDD 370.1

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Educação: Políticas, Estrutura e Organização – Parte 4” traz capítulos com diversos estudos que se completam na tarefa de contribuir, de forma profícua, para o leque de temas que envolvem o campo da educação.

A educação é uma atividade que se expressa de formas distintas, envolvendo processos que tem consequências nos alunos, possui métodos que precisam ser compreendidos; envolve o que se pretende, o que se transmite, os efeitos obtidos, agentes e elementos que determinam a atividade e o conteúdo (forças sociais, instituição escolar, ambiente e clima pedagógico, professores, materiais e outros) (SACRISTÁN, 2007).

O conceito de educação é inseparável do ente subjetivo que lhe dão atributos diferenciados. A educação é algo plural que não se dá de uma única forma, nem provém de um único modelo; ela não acontece apenas na escola, e às vezes a escola nem sempre é o melhor lugar para que ela ocorra. A escola deve estar pronta para atender a diversidade cultural, conduzindo a aceitação e o respeito pelo outro e pela diferença, pois se valoriza a ideia de que existem maneiras diversas de se ensinar e conseqüentemente diferentes formas de organização na escola, onde seja levado em consideração a complexidade da criação de um currículo que atenda o desafio de incorporar extensivamente o conhecimento acumulado pela herança cultural sem perder a densidade do processo de construção do conhecimento em cada indivíduo singular.

A escolaridade faz parte da realidade social e é uma dimensão essencial para caracterizar o passado, o presente e o futuro das sociedades, dos povos, dos países, das culturas e dos indivíduos. É assim que a escolarização se constitui em um projeto humanizador que reflete a perspectiva do progresso dos seres humanos e da sociedade.

Em uma escola democrática não há barreiras educacionais, eliminam-se a formação de grupos com base na capacidade dos alunos, provas preconceituosas e outras iniciativas que tantas vezes impedem o acesso e permanências de todos na escola, proporcionando um ensino de qualidade para todos, sem exclusão.

Gabriella Rossetti Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
AS MARCAS DOS PARADIGMAS EDUCACIONAIS E AS TEORIAS DA APRENDIZAGEM EM UMA PRÁTICA DE ENSINO PROFISSIONAL	
Calinca Jordânia Pergher	
Lucas Billo Dias	
Thamille Pereira dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.0571903041	
CAPÍTULO 2	11
AS ORIENTAÇÕES TÉCNICAS QUE NORMATIZAM SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM MEDIDA PROTETIVA NO BRASIL E O DIREITO À EDUCAÇÃO DOS/AS ACOLHIDOS/AS	
Daiane Lins da Silva Firino	
DOI 10.22533/at.ed.0571903042	
CAPÍTULO 3	23
AS POLÍTICAS DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL, DIDÁTICA E GESTÃO DEMOCRÁTICA NO COTIDIANO ESCOLAR	
Valdir Avelino de Paiva	
Luandson Luis da Silva	
Joel Nunes de Farias	
Elaine Cristina Meireles Silva	
Marizete Soares de Oliveira Santos	
Hosana Souza de Farias	
Aldair Viana Silva de Alcaniz	
DOI 10.22533/at.ed.0571903043	
CAPÍTULO 4	32
AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NAS CONCEPÇÕES NEOLIBERAIS	
Luandson Luis da Silva	
Joel Nunes de Farias	
Valdir Avelino de Paiva	
Elaine Cristina Meireles Silva	
Aldair Viana Silva de Alcaniz	
Marizete Soares de Oliveira Santos	
Hosana Souza de Farias	
DOI 10.22533/at.ed.0571903044	
CAPÍTULO 5	42
AS REDES SOCIAIS VIRTUAIS E A EDUCAÇÃO PARTICIPATIVA UMA VISÃO DA ESCOLA CONTEMPORÂNEA	
Isis Nalba Albuquerque Cardoso	
DOI 10.22533/at.ed.0571903045	

CAPÍTULO 6	49
AS TECNOLOGIAS DIGITAIS DA EDUCAÇÃO COMO METODOLOGIA DE ENSINO-APRENDIZAGEM, NA ALFABETIZAÇÃO INFANTIL: O USO DO APLICATIVO “SILABANDO”, COMO RECURSO DIDÁTICO	
Mariana Oliveira de Oliveira Adriano Miranda dos Santos André Luiz Andrade Rezende Cíntia Damasceno Farias	
DOI 10.22533/at.ed.0571903046	
CAPÍTULO 7	64
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: UMA ANÁLISE SOBRE O USO DAS TECNOLOGIAS ASSISTIVAS	
Andreia Valeriano Figueredo Leandro Edilene Cristiano de Figueredo Valeriano Giovani Mendonça Lunardi Eliane Pozzebon	
DOI 10.22533/at.ed.0571903047	
CAPÍTULO 8	73
ATIVIDADES AQUÁTICAS E SEUS BENEFÍCIOS PARA CRIANÇAS COM AUTISMO: REVISÃO SISTEMÁTICA	
Weslley Alex da Silva Dionísio Mylli Ketwilly Ferreira dos Santos Amanda Aparecida de Lima Adriano Florêncio da Silva Pedro Lucena de Paula Carolina Lourenço Reis Quedas Dayana da Silva Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.0571903048	
CAPÍTULO 9	85
ATIVIDADES RECREATIVAS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM UMA ESCOLA PÚBLICA	
Evandro Jorge Souza Ribeiro Cabo Verde Lionela da Silva Corrêa Francianne Farias dos Santos João Otacilio Libardoni dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.0571903049	
CAPÍTULO 10	97
AULAS PRÁTICAS COMO FERRAMENTA DE APRENDIZAGEM NOS CONTEÚDOS DE DENSIDADE E MISTURAS	
João Victor Odilon da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.05719030410	
CAPÍTULO 11	104
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM ONLINE UTILIZADA EM AULAS PRESENCIAIS	
Daniela Veiga de Oliveira Najla Fouad Saghie Tiago Nascimento de Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.05719030411	

CAPÍTULO 12 113

AVALIAÇÃO DA CONCEPÇÃO DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO SOBRE “LIXO” E “RESÍDUO” EM UMA ESCOLA DE REFERÊNCIA DA CIDADE DE VERTENTES/PE

Euarda do Nascimento Serra Sêca
Paloma Lourenço Silveira de Araújo
Juliana Thais da Silva Amaral
Ana Paula Freitas da Silva

DOI 10.22533/at.ed.05719030412

CAPÍTULO 13 124

AVALIAÇÃO DA FORMAÇÃO CONTINUADA NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

Cláudia Costa dos Santos
Camyla Silva da Costa
Ronaldo dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.05719030413

CAPÍTULO 14 134

AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA DO ENSINO PÚBLICO ESTADUAL DE MATO GROSSO (ADEPE), UMA EXPERIÊNCIA INICIAL

Gresiela Ramos de Carvalho Souza

DOI 10.22533/at.ed.05719030414

CAPÍTULO 15 143

AVALIAÇÃO DO CONHECIMENTO DE ESCOLARES DOS ANOS FINAIS SOBRE A COLETA SELETIVA DE LIXO

Tamiris Alves Rocha
Dayane de Melo Barros
Marllyn Marques da Silva
Cristiane Maria da Conceição
Gilvania Luana da Rocha Silva Neves
Gerliny Bezerra de Oliveira
Jardielle de Lemos Silva
Danielle Feijó de Moura

DOI 10.22533/at.ed.05719030415

CAPÍTULO 16 149

AVALIAÇÃO ESCOLAR EM GRUPOS INTERATIVOS: UM ESTUDO TEÓRICO DE PRÁTICAS NO ENSINO DE CIÊNCIAS NOS ÚLTIMOS ANOS

José dos Santos Ferreira
Leonardo Alcântara Alves

DOI 10.22533/at.ed.05719030416

CAPÍTULO 17 162

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: O QUE DIZEM OS GESTORES DAS ESCOLAS PÚBLICAS COM OS MELHORES RESULTADOS NO MUNICÍPIO DE CORURUPE/ALAGOAS

Jucicleide Gomes Acioli

DOI 10.22533/at.ed.05719030417

CAPÍTULO 18	173
AVALIAÇÃO, REPETÊNCIA E JUÍZO PROFESSORAL: UM DIÁLOGO QUALI-QUANTI	
Maria de Lourdes Sá Earp Glauco da Silva Aguiar	
DOI 10.22533/at.ed.05719030418	
CAPÍTULO 19	188
AVALIAÇÃO: PARA QUE TE QUERO? UM OLHAR VOLTADO PARA ALÉM DO EDUCAR E CUIDAR	
Aline Dias Nascimento Rita de Cássia M. O. André	
DOI 10.22533/at.ed.05719030419	
CAPÍTULO 20	197
BIOMASSA DE BANANA VERDE: CONSTRUÇÃO DE UMA CARTILHA EDUCATIVA COMO FERRAMENTA DE APOIO AO PRODUTOR RURAL	
Bárbara Jardim Mariano Suzete Maria Micas Jardim Albieri	
DOI 10.22533/at.ed.05719030420	
CAPÍTULO 21	202
BIOTECNOLOGIA: UTILIZAÇÃO DE MICRORGANISMOS PARA O PROCESSO DE BIORREMEDIAÇÃO EM AMBIENTES CONTAMINADOS - PERSPECTIVAS TECNOLÓGICAS	
Emília Mendes da Silva Santos Isabela Regina Alvares da Silva Lira Ariosto Afonso de Moraes Adriene Siqueira de Melo Maria Gracielly Lacerda de Abrantes	
DOI 10.22533/at.ed.05719030421	
CAPÍTULO 22	208
BRASIL – MOÇAMBIQUE, AFIRMANDO SINERGIA E RECONSTRUINDO IDENTIDADES PELA EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO INTERNACIONAL ENTRE A UFRN E A UNIVERSIDADE PEDAGÓGICA DE MOÇAMBIQUE	
Marília do Vale Góis Pacheco Medeiros Adir Luiz Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.05719030422	
CAPÍTULO 23	219
BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA E SUA EVOLUÇÃO ATÉ A EAD	
Joel Nunes de Farias Luandson Luis da Silva Valdir Avelino de Paiva Hosana Souza de Farias Elaine Cristina Meireles Silva Aldair Viana Silva de Alcaniz Marizete Soares de Oliveira Santos	
DOI 10.22533/at.ed.05719030423	

CAPÍTULO 24	231
CAMINHOS DA HISTÓRIA 2.0: UMA PROPOSTA DE USO DE JOGOS DIGITAIS NA SALA DE AULA	
Adriano Miranda dos Santos André Luiz Andrade Rezende Cíntia Damasceno Farias Mariana Oliveira de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.05719030424	
CAPÍTULO 25	240
CANTO DE MURO: UMA ABORDAGEM DE INVESTIGAÇÃO ZOOLOGICA NA OBRA DE CÂMARA CASCUDO	
Bruno de Paiva Rêgo Elineí Araújo-de-Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.05719030425	
CAPÍTULO 26	251
CARACTERIZAÇÃO DA INTELIGÊNCIA LÓGICO-MATEMÁTICA DOS ALUNOS DO IFRN <i>CAMPUS-MACAU</i>	
Marfisa Hyanchelle Cortez Costa Josivan Bonifácio Rocha de Almeida Micleydson Batista dos Santos João Batista Gomes Moreira Liliane Ribeiro da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.05719030426	
CAPÍTULO 27	264
CASAS GAYS E FAMÍLIAS TRADICIONAIS: CONCEPÇÕES HISTÓRICO-EDUCATIVAS E DISCURSOS EXCLUDENTES	
Robson José de Oliveira Brito	
DOI 10.22533/at.ed.05719030427	
CAPÍTULO 28	273
COLEÇÕES BIOLÓGICAS: ALTERNATIVA PARA A CONTEXTUALIZAÇÃO DO ENSINO DE BOTÂNICA	
Nadja Larice Simão de Lacerda Rivete Silva Lima	
DOI 10.22533/at.ed.05719030428	
CAPÍTULO 29	280
COMO SUPERAR AS DIFICULDADES DO ENSINO DE FÍSICA CONTEMPORÂNEO POR MEIO DE MÉTODOS DIFERENCIADOS	
Daiane Maria Medeiros da Silva Hérika Rafaella Soares da Silva Ana Maria Torres da Silva Regiane Marta Cassimiro de Farias Lidiane Maria Omena Silva Leão	
DOI 10.22533/at.ed.05719030429	

CAPÍTULO 30 287

COMPARAÇÃO ENTRE AS PROVAS DO ENADE 2005 E 2008 DO GRUPO I:
COMPOSIÇÃO DAS HABILIDADES PELA TEORIA C.H.C

Andreia Silva da Mata

DOI 10.22533/at.ed.05719030430

CAPÍTULO 31 297

CONFRONTANDO AVALIAÇÕES SOB UMA VISÃO MULTICULTURAL:
EXPANDINDO PRÁTICAS QUE ELEVAM O CONHECIMENTO, NÃO QUE O
BLOQUEIAM

Aldnir Farias da Silva Leão

DOI 10.22533/at.ed.05719030431

SOBRE A ORGANIZADORA..... 304

AVALIAÇÃO: PARA QUE TE QUERO? UM OLHAR VOLTADO PARA ALÉM DO EDUCAR E CUIDAR

Aline Dias Nascimento

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
(alined.nascimento@terra.com.br)

Rita de Cássia M. O. André

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
(ritaoliveira.andre@gmail.com)

RESUMO: O presente artigo demonstra e discute a importância de avaliar a qualidade da educação ofertada aos bebês e crianças, em âmbito institucional participativo nas unidades de creche, atrelada a constatação de que a formação inicial do professor de educação infantil necessita ser ressignificada e construída a partir da compreensão das particularidades e especificidades desta faixa etária e da concepção de bebê e criança como sujeitos ativos, inventivos e inteligentes. Parâmetros necessários para que sejam rompidas posturas “higienistas” e “escolarizantes”. Busnel (1997) destaca que os pequenos sabem o que é bom para eles e que é importante conhecer seus desejos e respeitá-los. Neste sentido, as práticas pedagógicas devem ser sustentadas por uma visão de currículo construído com o bebê e com a criança e não para eles, onde a escuta e a leitura de seus gestos e olhares prevalecem ao que se pressupõe importante eles saberem. Com base, no princípio da participação, os dados demonstram que o uso do documento

Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana (2016) contribui para o processo coletivo de discussão sobre a qualidade, mas enfatiza a importância da compreensão na aplicação da metodologia autoavaliativa. Lima (2011) define aspectos importantes e atribui a participação às atitudes demonstradas no grupo, que influenciam na participação dos sujeitos. A discussão demonstra que os resultados da autoavaliação são materiais interessantes para que as unidades se utilizem para sua própria gestão, propondo ações de mudança e na formação dos profissionais de todos os segmentos envolvidos. Portanto, conclui-se que o instrumento possui um papel importante para estimular a construção de uma qualidade negociada entre todos seus atores, além de implicar na presença atuante dos familiares na creche.

PALAVRAS-CHAVE: Autoavaliação Institucional, Indicadores de qualidade, Afetividade, Formação de Professores, Currículo.

INTRODUÇÃO

Na educação infantil algumas conquistas possibilitaram um crescente número de crianças frequentando as creches e pré-escolas, asseguradas pela Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) de 1996. Esses documentos ratificam a educação infantil como dever do Estado e como um direito social da criança.

Embora os avanços legais tenham integrado a creche no sistema educacional e reconhecido a educação infantil como a primeira etapa da educação básica, os bebês e as crianças pequenas ainda são ‘invisíveis’ em muitas das propostas político-pedagógicas, nas políticas públicas e no currículo das Instituições que formam os profissionais que atuam com a primeira infância.

Contudo, o Ministério da Educação (MEC), desempenhou um papel importante promovendo discussões sobre a qualidade das condições das instituições de Educação Infantil e publicando documentos norteadores de práticas pedagógicas.

Estes documentos apontam para a superação de possíveis entraves que hábitos tradicionais e práticas arraigadas muitas vezes trazem para dentro das instituições escolares. Sendo assim,

“[...] a avaliação institucional pode ser um instrumento potente para reconstrução das práticas, resultantes do confronto e da negociação de posições, de interesses, de perspectivas; e, ainda, para o fortalecimento das relações internas”. (SÃO PAULO, 2014, p.26)

Ações concretas vêm se desenhando na busca incansável por ressignificar o olhar das unidades educacionais no destaque para a avaliação e o planejamento como parte das estratégias necessárias para o desenvolvimento de um trabalho pedagógico de qualidade. Assim como, ações compartilhadas com a família e a comunidade são parâmetros para uma qualidade nas relações no interior das instituições de educação infantil.

Em consonância a essas ações o artigo busca discutir como a experiência de autoavaliação possibilita a unidade um entendimento além do cuidar e educar bebês e crianças. Busca-se verificar como o processo de autoavaliação institucional participativa, contribui com o processo coletivo de discussão no âmbito da creche, fortalecendo a ideia de formação continuada no ambiente de atuação dos (as) profissionais que atendem os bebês e as crianças.

Nesse sentido, uma revisão de pesquisas (1996-2003) aponta para preocupações com a qualidade da educação infantil no Brasil, onde revelam problemas em aspectos importantes atrelados ao desenvolvimento integral das crianças em dimensões que abrangem, formação dos professores, as condições de infraestrutura, práticas educativas, relação com as famílias e o ambiente formador: propostas pedagógicas e currículo.

Anna Bondioli (2004) menciona a qualidade educativa numa perspectiva abrangente, não só como oferta do serviço à família, mas no sentido público desta oferta, enquanto responsabilidade coletiva.

[...] refiro-me ao conjunto de aspectos próprios de uma creche que a qualificam como ambiente educativo, um ambiente particular que tem como objetivo a garantia de condições positivas de crescimento e de desenvolvimento para as crianças que nele são recebidas e que fornecem às famílias garantias justamente em relação a esse desenvolvimento (BONDIOLI, 2004, p.142).

Buscando compreender o que pais, professores, diretores, funcionários e crianças, concebem como uma educação de qualidade para as crianças pequenas, um estudo¹ procurou captar as vozes desses sujeitos, e mostrou que os critérios de qualidade não são iguais para todas as pessoas, e como os diferentes segmentos elegem critérios distintos para defini-las.

Considerando a especificidade da educação infantil à luz das experiências realizadas por Bondioli e colaboradores, têm se destacado ao abordar a participação como elemento constitutivo da qualidade, que utilizam metodologias participativas na avaliação da qualidade de centros de educação públicos. Esses estudos ocorrem de forma colaborativa entre as equipes que trabalham nas unidades e na gestão dessas redes e pesquisadores da universidade.

Perseguir a qualidade implica uma forma de negociação entre atores sociais, com vistas a um acordo que resulte em um trabalho produtivo [...] Não há, portanto, qualidade sem participação. [...] Definir e produzir qualidade são uma tarefa política, um trabalho democrático. (Bondioli, 2004, p. 14-15)

Estes estudos confirmam sua importância como subsídios investigativos para a aplicação dos processos avaliativos nos contextos brasileiros, no sentido sugerido de tornar a avaliação a serviço da participação, e “fazer” a qualidade avaliando de forma participativa.

Nesta discussão, e acreditando no processo que colabora para o fortalecimento da gestão democrática e promove ainda mais o diálogo entre a rede, que a experiência brasileira optou por uma autoavaliação institucional participativa com o uso do documento Indicadores da Qualidade na Educação Infantil publicado pelo MEC (2009). Considerado como sendo um instrumento avaliativo potente no sentido de contribuir com as reflexões dos educadores e demais segmentos envolvidos com a educação de bebês e crianças pequenas.

Confirmada as contribuições do processo coletivo de discussões, com a experiência de utilização de indicadores para avaliar as condições do atendimento nas unidades diretas e conveniadas, um grupo da rede municipal de São Paulo engajados

1 Consulta sobre Qualidade da Educação Infantil (2011), desenvolvida em quatro estados com apoio da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, do Movimento Interfóruns de Educação Infantil (MIEIB) e da Fundação Carlos Chagas.

num projeto de avaliação no contexto das unidades da educação infantil, previu a elaboração de um documento próprio da rede paulistana a partir do documento publicado pelo MEC (2009).

O documento resultante – Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana² - apresentou nove dimensões de qualidade, duas a mais do que o documento nacional (MEC, 2009), sendo: Participação, escuta e autoria de bebês e crianças; Relações étnico-raciais e de gênero.

Neste artigo, busca-se em especial explicitar a importância da dimensão: Participação, escuta e autoria de bebês e crianças.

A abordagem dessa dimensão vem corroborar a formação dos profissionais que interagem com as crianças pequenas contribuindo em suas práticas, suscitando o diálogo, fortalecendo as ações baseadas em princípios como respeito, colaboração e confiança. A busca da disponibilidade intensional do professor garante a participação e a autoria infantil, proporcionada por um currículo que dê visibilidade as ações infantis, possibilitando uma avaliação construída com e para os bebês e as crianças pequenas.

Desta feita, há a necessidade de que durante o planejamento, o exercício de escuta venha à tona e seja eixo norteador das intenções declaradas pelos educadores da primeira infância. Assim, conforme Corsino (2009) “planejar inclui escutar a criança para poder desenhar uma ação que amplie as suas possibilidades de produzir significados”, e construindo a ação desta maneira, entendem-se as crianças como capazes de se tornarem protagonistas no projeto educacional.

(...) torna-se indispensável possibilitar aos bebês e às crianças pequenas que se expressem livremente, criem seus espaços, seus desenhos, suas fantasias, suas histórias, vivenciem o contato com elementos da natureza, que possam escolher seus parceiros e criar enredos para as suas brincadeiras, ou seja, torná-las visíveis em seu próprio contexto, por meio de currículo que garanta seus direitos, de modo que cada palavra esteja impregnada pela afetividade e a intencionalidade pedagógica pelo saber lúdico. (André, 2016, p.124)

Estudos e pesquisas sobre o desenvolvimento dos bebês, o reconhecimento das competências e das necessidades básicas das crianças de 0 a 3 anos, vem ocorrendo durante décadas no Instituto Emmi Pikler, situado em Budapest, na Hungria. A Dra. Pikler defendia a segurança afetiva e uma motricidade livre como base do seu trabalho com os bebês, elaboradas a partir de três funções principais: o acolhimento e cuidados ao bebê, a pesquisa sobre o processo de desenvolvimento do bebê concatenados com a função institucional e formação e supervisão permanente das educadoras que dos bebês se ocupam.

Na formação dos educadores, assim como na prática de atendimento aos

2 As duas dimensões acrescidas ao documento resultou de um percurso de reflexões a partir dos documentos produzidos pela rede. No texto da versão final 2016, a ordem das dimensões foi modificada e o título definitivo adotado foi “Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana”.

bebês, são enfatizados aspectos necessários à “nutrição afetiva”, dentre os quais, a constância da educadora que ao atender o bebê deve conversar informando ou antecipando-lhe o que acontece ao seu redor, construindo possibilidades interativas, e usando a prosódia como estratégia comunicativa.

A qualidade é educação, dos grandes com os pequenos e dos grandes entre si. A aquisição da consciência, a troca de saberes, o confronto construtivo de pontos de vista, o hábito de pactuar e examinar a realidade, a capacidade de cooperar constituem, igualmente, aspectos da ‘transformação para melhor’. (Bondioli, 2004, p. 15)

A aplicação da autoavaliação remete todos os setores da unidade às reflexões de suas práticas, maneira esta, que ora a equipe gestora demonstra resistência por ser avaliada por outrem “desqualificado” das atribuições pedagógicas, ora suscita discussões e abre as sugestões para as mudanças.

Dito desta forma constata-se a importância do envolvimento da equipe gestora disseminando este tipo de proposta avaliativa, tão recente em nossas práticas brasileiras. Ainda que o documento proponha uma metodologia fundamentada na participação de todos os segmentos, no entanto, é a maneira de conduzir o processo que vem a ser decisiva para o resultado do processo participativo.

METODOLOGIA

Considerando os princípios da participação preconizada pelo documento e o potencial formativo que se apresenta para as discussões sobre a qualidade com todos os professores e comunidade escolar, optou-se pela pesquisa qualitativa que norteia as observações realizadas nas creches, traçando aproximações com os sujeitos, tendo o ambiente como principal fonte de coleta dos dados, o que possibilita ao observador, segundo André (2013) a “apreender a sua visão de mundo, isto é, o significado que eles atribuem à realidade que os cerca e às suas próprias ações” (p. 31). A coleta dos dados resultou da participação dos sujeitos em entrevista, professores, equipe gestora e mães sobre as suas percepções relacionadas ao processo de discussão coletiva proposta na metodologia do documento. Para o estudo das observações, o registro e o material coletado de reuniões, são etapas importantes para a análise dos dados.

A participação vista como um princípio que sustenta o processo democrático proposto na metodologia do documento para avaliar os indicadores de qualidade coincide com o estudo de Licínio Lima (2011), que ao mesmo tempo em que propõe, distingue os tipos de participação em uma pesquisa.

Esta distinção auxilia as unidades a mapearem a participação dos sujeitos envolvidos, suas decisões e as deliberações resultantes do processo de avaliação. São elas: participação ativa, participação reservada e participação passiva.

Destacamos na aplicação da autoavaliação a participação nos estudos de

Licínio Lima buscando relações com a dimensão que ilumina as discussões sobre – Participação, escuta e autoria de bebês e crianças, onde concentra as preocupações com a formação dos professores, os dados das pesquisas sobre a realidade no cotidiano das instituições de educação infantil apontados inicialmente neste texto. Em outras palavras, a unidade pode se indagar quanto ao envolvimento dos sujeitos com o tema, deve estar atenta às decisões do grupo de professores na autoavaliação, na forma de conduzirem o processo de discussões, na escuta aos pais, e nos seus próprios saberes práticos estabelecendo um olhar investigativo às aprendizagens dos bebês e das crianças pequenas no cotidiano das unidades.

O presente artigo vem mostrar com essa experiência um retrato às inúmeras possibilidades de participação que um processo de avaliação em espaços coletivos pode revelar, no olhar de professores de bebês e crianças, pais e comunidade, o potencial formativo que a revela.

Busnel (1997) destaca que os bebês sabem o que é bom para eles e que é importante conhecer seus desejos e respeitá-los. “É preciso considerá-lo como um interlocutor que compreende e escuta. O bebê não é um adulto imaturo; é um bebê perfeito em seu próprio nível de desenvolvimento”. (BUSNEL, 1997, p.11).

Compreender as necessidades do bebê é o primeiro grande encontro no qual são estabelecidos diálogos entre ele com a mãe, sua família e educadores. É preciso que o respeito aos vínculos que essa criança estabelece em tenra idade seja mantido até que ela possa, por si só, indicar autonomia.

A infância tem sentido e significado nela mesma, não sendo um momento de preparação para outras etapas da vida, mas de vivência de desejos, necessidades, interrogações, alegrias, fantasias, angústias e medos próprios desta fase do desenvolvimento humano.

Estudos produzidos por diferentes áreas do conhecimento revelam a importância dessa fase da vida e, nesse contexto, o diálogo com a experiência desenvolvida pelo Instituto Emmi Pikler e com os princípios defendidos por Marie-Clarie Busnel e Françoise Morel se complementam e evocam a vislumbrar um bebê que se expressa e tem muito a nos dizer.

Neste sentido, a autoavaliação na unidade e com todos os segmentos envolvidos num único propósito, o bem-estar dos bebês e das crianças pequenas, mobilizá-os a querer saber de que forma a participação ativa do adulto contribui para estimular a livre expressão, garantindo assim, que as vozes infantis prevaleçam nas decisões dos adultos.

Durante a aplicação da autoavaliação, a metodologia das cores (verde, amarelo e vermelho)³ oferece aos indicadores um parâmetro de como os participantes podem considerar cada pergunta refletindo no panorama de como vai o atendimento, mas

3 A cor verde indica um trabalho consolidado, o amarelo representa a necessidade de uma atenção concentrada e o vermelho alerta para a ausência de ações.

também pode ocultar o retrato da unidade, e podem vir a não traduzir a realidade do cotidiano, “Quando se atribui a cor verde a situações que a plenária julgou amarela ou vermelha, sendo que a solução depende de demanda externa para a melhoria do indicador em discussão. Nesse aspecto o documento revelou a dificuldade dos participantes no processo coletivo de se colocarem corresponsáveis nas ações” (Nascimento,2016, p.128).

Em consonância a esta proposta, Anna Bondioli aponta para a necessidade de reconhecer que dissensos fazem parte da ideia de que qualidade tenha uma natureza negociável, significa não legitimar um ponto de vista em detrimento de outro, mas reconhecer a natureza valorativa da qualidade, considerando que para isso o embate de ideias não deve levar a constrangimentos, mas que seja um recurso construtivo para todos os envolvidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões feitas no presente artigo à luz do documento Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana (2016), das contribuições com as experiências em avaliação participativa, discussões sobre a qualidade na primeira infância e autores que elucidam a importância de vislumbrar uma prática pedagógica embasada nas concepções contemporâneas sobre os bebês, crianças e infância, nos possibilitaram constatar a necessidade de um currículo que contemple o desenvolvimento integral de crianças nas dimensões propostas, na sua indivisibilidade.

Com a aplicação dos Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana (2016), os dados revelaram que o uso do documento potencializa a creche como um espaço onde os adultos aprendem entre si. Quando a unidade encaminha suas ações no entendimento de que a participação está a serviço da qualidade, mais facilmente os pais sentem-se mobilizados. Aspectos que vão além de estarem presentes na unidade, mas são tomados pela consciência de que suas ações contribuem com a educação de cada bebê e criança no espaço coletivo. Neste cenário, os adultos que respondem às perguntas dos indicadores com comentários sobre as suas próprias percepções, proporciona a outros pais, mesmo desconhecendo a rotina, a possibilidade de conhecer e ter vontade de entender melhor a unidade. Bondioli (2013) ressalta que este espaço reconhecido pelos pais é um lugar de responsabilidade não só pelos próprios filhos, mas pela instituição e pela comunidade, onde se constrói os saberes compartilhados, fruto de um trabalho participativo.

O detalhamento das questões gerou comentários de descrença, inclusive pelo tempo investido em toda aplicação, mas em contrapartida, os participantes reconheceram que oportuniza conhecer o que é feito ou não na creche, a troca de exemplos concretos, no compartilhamento dos conhecimentos sobre a educação, auxiliando-os nas atitudes com os filhos em casa e na unidade, característica que potencializa o documento em momentos de estudo e formação com os professores.

Tais constatações estão garantidas na metodologia do documento norteado por dois princípios: O princípio dos direitos fundamentais das crianças; e o princípio da participação (SÃO PAULO, 2016), desta forma, a unidade dispõe de um instrumento para além de avaliativo, mas um material de uso contínuo por todos os segmentos participantes, legitimando a busca da qualidade em ações que fortaleçam “a possibilidade de construir compartilhando essa responsabilidade” (BONDIOLI, 2013, p. 59).

A metodologia das cores subsidia as respostas dos participantes que atribuem uma cor as perguntas de cada indicador, essa prática não isenta os participantes das discussões, mas os possíveis caminhos ofertados por este processo de atribuição de cores, de fato, dão aos participantes o “empoderamento” para efetivar a sua participação. Levando em conta quaisquer aspectos que impeça a manifestação oral, sendo de cunho individual ou nas relações confusas na própria unidade, as cores agem no momento da discussão como a resposta objetiva para o indicador. Em contrapartida, a cor pode esconder as reais condições, desafio este, atrelado a reconhecer e a validar que se um indicador é sinalizado com prioridade de atenção, a avaliação deve ser fiel e coerente com as dificuldades expostas, caso contrário, dificulta a ação coletiva em busca de melhoria da qualidade esperada. O encaminhamento da metodologia para atingir os resultados, considera que a “avaliação sincera ajuda a resolver problemas” (MEC, 2009, p.23).

As preocupações expostas neste artigo e ratificada pelas pesquisas em relação à formação dos educadores da primeira infância e em especial de bebês, onde constatou-se a não compreensão dos conceitos relacionados a intencionalidade pedagógica de um currículo que contempla os saberes próprios dos bebês, baseada na escuta, na observação e na transformação do espaço em ambiente e como este interfere de maneira significativa na aprendizagem infantil. Isto vem à tona nos resultados obtidos especificamente na nova dimensão nomeada pelo grupo de trabalho da rede: Participação, escuta e autoria de bebês e crianças.

O uso equivocado da metodologia das cores deflagra a ausência de uma “avaliação sincera” proposta pelo documento nacional (2009), ultrapassando os limites de coerência quando se trata, retomando, de um dos princípios do documento: O princípio dos direitos fundamentais das crianças (SÃO PAULO, 2016). Dito de outra forma, na atribuição da cor para os indicadores desta dimensão, a cor verde prevaleceu em muitas experiências de autoavaliação participativa em creches na rede municipal de São Paulo.

As possibilidades que o documento revela com este instrumento avaliativo, são às discussões coletivas no sentido de reconhecer as lacunas da formação dos professores, que emergem na própria unidade, a partir, por exemplo, dos resultados da autoavaliação de cada realidade, que se propõe com o seu uso a várias formas de utilização. Como sugerido pelos profissionais da rede, o material é importante para reuniões pedagógicas, de pais e de formação. Embora a utilização seja muito recente

na educação infantil, as reflexões por parte das equipes das unidades contribuem para constatarem que o “esverdeamento” e a “conspiração do verde” como nomeado por participantes da aplicação, estão chamando a atenção para ações pontuais de mudança e transpor práticas pela via do desvelamento dos não saberes.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, R.C. Creche: **Desafios e Possibilidades. Um olhar para além do Educar e Cuidar.** Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.
- BONDIOLI, Anna (org.). **O projeto pedagógico da creche e a sua avaliação.** Campinas: Autores Associados, 2004.
- BONDIOLI, Anna; SAVIO, Donatella (Org.). **Participação e qualidade em educação da infância: percursos de compartilhamento reflexivo em contextos educativos.** Tradução Luiz Ernani Fritoli. Curitiba: UFPR, 2013.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, 1988.
- BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.** Resolução n. 1, de 7 de Abril de 1999. Brasília: MEC/CEB, 1999.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispões sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 08 dez. 2014.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Indicadores da qualidade na educação infantil.** Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2009.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 9.394, de 26 de dezembro de 1996.** Dispões sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/l8069.pdf> .Acesso em: 20 fev. 2015.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil.** Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2008. v.2.
- BUSNEL, Marie-Claire. **A linguagem dos bebês.** São Paulo: Escuta, 1997.
- CORSINO, Patrícia. **Educação Infantil: cotidiano e políticas.** Campinas: Autores Associados, 2009.
- LIMA, Licínio C. **A Escola como organização educativa: uma abordagem sociológica.** São Paulo: Cortez, 2011.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas.** Rio de Janeiro: E.P.U., 2013.
- NASCIMENTO, A.D. **Autoavaliação institucional participativa: uma experiência em duas creches da Rede Municipal de São Paulo.** 2016. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.
- SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação. **Avaliação na educação infantil: aprimorando os olhares.** São Paulo: SME / DOT-EI, 2014.
- SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação. **Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana.** São Paulo: SME / DOT-EI, 2016.

SOBRE A ORGANIZADORA

Gabriella Rossetti Ferreira

- Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Educação Escolar da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil.
- Mestra em Educação Sexual pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil.
- Realizou parte da pesquisa do mestrado no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (IEUL).
- Especialista em Psicopedagogia pela UNIGRAN – Centro Universitário da Grande Dourados - Polo Ribeirão Preto.
- Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil. Agência de Fomento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.
- Atua e desenvolve pesquisa acadêmica na área de Educação, Sexualidade, Formação de professores, Tecnologias na Educação, Psicopedagogia, Psicologia do desenvolvimento sócio afetivo e implicações na aprendizagem.

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/0921188314911244>

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-305-7

